

Se estiver interessado em receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

SÓ NO PERÍODO ABRIL.2021/ABRIL.2022 OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PERDERAM, EM MÉDIA, 5,2% DO SEU PODER DE COMPRA, E A INFLAÇÃO ACELEROU A PARTIR DE ABRIL, O NUMERO DE TRABALHADORES AUMENTOU EM 82.560 COM OS GOVERNOS DE COSTA, MAS AS DIFICULDADES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS AGRAVARAM-SE POR FALTA DE INVESTIMENTO E DE CONDIÇÕES DE TRABALHO, E OS CONTRATOS A PRAZO DISPARARAM COM OS GOVERNOS DO PS DE ANTÓNIO COSTA

A Direção Geral da Administração Pública (DGAEP) publicou em 25/7/2022 as remunerações médias dos trabalhadores de todas as categorias profissionais das Administrações Públicas referentes ao período que vai até a abril.2022. Dessas estatísticas oficiais extraímos os dados do quadro 1 que permitem fazer uma avaliação do impacto no poder de compra da Função Pública da escalada de preços causada pela multiplicação de sanções aplicadas à Rússia por invadir a Ucrânia pelos governos ocidentais que estão a fazer ricochete sobre os europeus.

Quadro 1-Remuneração Base Média Mensal (RBMM) dos trabalhadores da Função Pública e evolução do seu poder de compra entre ab.2021 e ab.2022

CARGO / CARREIRA / GRUPO	RBMM ILIQUIDA (antes descontos IRS,CGA/SS,ADS E) DE ABRIL 2021 (1)	RBMM LIQUIDA (após descontos IRS,CGA/SS,ADS E) DE ABRIL 2021 (2)	Var.% RBMM líquida/ RBMM Líquida 2021 (3)	RBMM ilíquida (antes de descontos) abril2022 (4)	RBMM líquida (após descontos) abril 2022 (5)	Var. % RBMM Líquida/R BMM Líquida 2022 (6)	RBMM LIQUIDA DE ABRIL 2022 deduzida da inflação verificada entre ab.2021 e abril 2022 (7,4%) (7)	PERDA DE PODER DE COMPRA DA RBMM LIQUIDA DE 2022 EM ABRIL DE 2022 JÁ EM RELAÇÃO À DE 2021 (8)
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (todas) Total	1 536 €	1 058 €	-31,1%	1 559 €	1 077 €	-30,9%	1 003 €	-5,2%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - Total	1 667 €	1 127 €	-32,4%	1 691 €	1 146 €	-32,2%	1 067 €	-5,3%
ADMINISTRAÇÃO LOCAL- Total	1 027 €	779 €	-24,1%	1 053 €	800 €	-24,0%	745 €	-4,4%
ADMINISTRAÇÃO REG. AÇORES-Total	1 448 €	1 080 €	-25,4%	1 475 €	1 108 €	-24,9%	1 032 €	-4,5%
ADMINISTRAÇÃO REG. MADEIRA-Total	1 547 €	1 066 €	-31,1%	1 561 €	1 078 €	-30,9%	1 004 €	-5,8%
2ª PARTE - ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (Administração Central, Local e Regional - valores médios de todas a partir desta linha)								
Dirigente superior:	3 808 €	2 121 €	-44,3%	3 831 €	2 145 €	-44,0%	1 998 €	-5,8%
Dirigente superior de 1.º grau	4 016 €	2 237 €	-44,3%	4 022 €	2 252 €	-44,0%	2 097 €	-6,3%
Dirigente superior de 2.º grau	3 680 €	2 050 €	-44,3%	3 712 €	2 079 €	-44,0%	1 935 €	-5,6%
Dirigente intermédio:	2 669 €	1 601 €	-40,0%	2 678 €	1 615 €	-39,7%	1 504 €	-6,1%
Dirigente intermédio de 1.º grau	3 211 €	1 824 €	-43,2%	3 245 €	1 853 €	-42,9%	1 725 €	-5,4%
Dirigente intermédio de 2.º grau	2 711 €	1 627 €	-40,0%	2 713 €	1 636 €	-39,7%	1 523 €	-6,3%
Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	2 046 €	1 307 €	-36,1%	2 064 €	1 323 €	-35,9%	1 232 €	-5,7%
Técnico superior	1 651 €	1 116 €	-32,4%	1 654 €	1 121 €	-32,2%	1 044 €	-6,4%
Assistente técnico/administrativo	934 €	718 €	-23,2%	935 €	719 €	-23,1%	669 €	-6,7%
Assist. operacional/operário/auxiliar	705 €	594 €	-15,7%	733 €	602 €	-17,9%	560 €	-5,7%
Informático	1 807 €	1 192 €	-34,0%	1 821 €	1 205 €	-33,8%	1 122 €	-5,9%
Magistrado	5 157 €	2 743 €	-46,8%	5 265 €	2 764 €	-47,5%	2 573 €	-6,2%
Diplomata (d)	2 433 €	1 482 €	-39,1%	2 464 €	1 505 €	-38,9%	1 402 €	-5,4%
Pessoal de investigação científica	2 633 €	1 580 €	-40,0%	2 651 €	1 599 €	-39,7%	1 489 €	-5,8%
Docente ensino universitário	3 591 €	2 000 €	-44,3%	3 655 €	2 047 €	-44,0%	1 906 €	-4,7%
Docente ensino superior politécnico	3 211 €	1 824 €	-43,2%	3 216 €	1 836 €	-42,9%	1 710 €	-6,3%
Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	2 195 €	1 383 €	-37,0%	2 212 €	1 398 €	-36,8%	1 302 €	-5,2%
Pessoal de inspeção	2 213 €	1 394 €	-37,0%	2 200 €	1 391 €	-36,8%	1 295 €	-7,1%
Médico	2 713 €	1 628 €	-40,0%	2 688 €	1 621 €	-39,7%	1 509 €	-7,3%
Enfermeiro	1 458 €	1 005 €	-31,1%	1 462 €	1 010 €	-30,9%	941 €	-6,4%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 301 €	923 €	-29,0%	1 408 €	988 €	-29,8%	920 €	-0,4%
Técnico superior de saúde	1 894 €	1 229 €	-35,1%	1 893 €	1 232 €	-34,9%	1 147 €	-6,7%
Administração tributária e aduaneira	2 081 €	1 330 €	-36,1%	2 142 €	1 354 €	-36,8%	1 261 €	-5,2%
Conservador e Notário	4 050 €	2 256 €	-44,3%	4 183 €	2 276 €	-45,6%	2 119 €	-6,1%
Oficial dos registos e do notariado	2 007 €	1 282 €	-36,1%	2 021 €	1 295 €	-35,9%	1 206 €	-5,9%
Oficial de justiça	1 456 €	1 003 €	-31,1%	1 500 €	1 036 €	-30,9%	965 €	-3,8%
Forças Armadas	1 323 €	926 €	-30,0%	1 336 €	938 €	-29,8%	873 €	-5,7%
Polícia Judiciária	2 122 €	1 337 €	-37,0%	2 094 €	1 342 €	-35,9%	1 250 €	-6,5%
Polícia de Segurança Pública	1 439 €	991 €	-31,1%	1 527 €	1 055 €	-30,9%	983 €	-0,9%
Guarda Nacional Republicana	1 501 €	1 034 €	-31,1%	1 575 €	1 088 €	-30,9%	1 013 €	-2,0%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 013 €	1 286 €	-36,1%	2 128 €	1 345 €	-36,8%	1 252 €	-2,6%
Guarda prisional	1 068 €	790 €	-26,0%	1 112 €	824 €	-25,9%	767 €	-2,9%
Outro pessoal de segurança	1 188 €	867 €	-27,0%	1 210 €	885 €	-26,9%	824 €	-5,0%
Bombeiro	1 080 €	799 €	-26,0%	1 078 €	799 €	-25,9%	744 €	-6,9%
Polícia municipal	1 000 €	768 €	-23,2%	1 038 €	789 €	-24,0%	735 €	-4,3%

FONTE: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 25-07-2022)

Os dados oficiais da DGAEP permitem já tirar 3 conclusões importantes: (1) Em abril de 2022, a Remuneração Base Média Mensal Líquida, ou seja, após os descontos (CGA/SS, ADSE, IRS), no conjunto das 3 administração Públicas (Central, Local e Regional), era apenas 1077€. Era esta a importância média que os trabalhadores da Função Pública “levavam para casa”; (2) Se a análise for feita para cada uma das três, conclui-se que, em abril de 2022, a remuneração base média mensal líquida na Administração Central era de 1146€, na Administração Local era apenas de 800€, na Administração Regional dos Açores era 1108€, e na da Madeira de 1078€. Isto antes de entrar com o efeito corrosivo da escalada de preços; (3) Se se tiver em conta a inflação verificada entre ab.2021 a ab.2022 (7,4%), o poder de compra das remunerações líquidas das Administrações Públicas em abril de 2022 já era inferior ao de 2021 em -5,2% (Coluna 8). E a partir de ab.2022 verificou-se uma aceleração da inflação em Portugal (em jul.2022 já foi 9,3%)

Na 2ª PARTE do quadro 1 agruparam-se os trabalhadores de todas as Administrações Públicas por categorias profissionais e a DGAEP calculou depois as Remunerações Base Médias Mensais de cada categoria e são esses os valores que constam do quadro 2. E como se conclui dos dados da coluna 8 da 2ª PARTE a perda de poder compra

Se estiver interessado em receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

entre ab.2021 e ab.2022 nas remunerações líquidas varia entre -2% e -7,3% conforme a categoria profissional. É uma perda importante só num ano e até a abril de 2022. E repito, a partir de abril.2022 verificou-se uma aceleração da inflação (em jul.2022 já era 9,3%). E isto a juntar ao perdido pela Função Pública desde 2010

O NÚMERO DE TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA COM OS GOVERNOS DE COSTA AUMENTOU EM 82500, MAS OS PROBLEMAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS AGRAVARAM-SE POR FALTA DE INVESTIMENTO, DE CONDIÇÕES DE TRABALHO E DEVIDO À DESORGANIZAÇÃO CAUSADA POR CHEFIAS ESCOHLIDAS POR CRITÉRIOS POLITICOS E NÃO POR COMPETENCIA

O quadro 2, com dados da DGAEP, mostra a evolução do número de trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local, e Regional) por tipo de administrações e também de todos os trabalhadores de as Administrações Públicas por categorias profissionais entre 2011 e 2022, ou seja com os governos do PSD/CDS de Passos Coelho/Portas e dos governos PS de António Costa.

QUADRO 2 - Variação do numero de trabalhadores das Administrações Públicas por tipo de administração, e por categorias profissionais entre 2011/2022 com governos PSD/CDS e PS								
CARGO / CARREIRA / GRUPO	2011	2015	2019	2020	2021	2022	VARIAÇÃO (7)	VARIAÇÃO (8)
	31.dez (1)	31 dez (2)	31 dez (3)	31 dez (4)	31 dez (5)	30 jun (6)	2011-2015 Governo PSD/CDS	2015/2022 Governos PS
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (inclui todas) Total	727 701	659 138	698 924	718 761	733 896	741 698	-68 563	82 560
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - Total	551 373	502 496	527 652	545 396	554 760	559 958	-48 877	57 462
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - Total	124 504	110 028	121 912	123 364	127 398	129 376	-14 476	19 348
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA R.A. MADEIRA-Total	21 353	19 605	19 609	19 922	20 710	20 707	-1 748	1 102
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA R.A. AÇORES-Total	17 728	17 236	18 928	19 305	20 101	20 561	-492	3 325
TOTAL DOS TRABALHADORES DE TODAS AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (Central, Local e Regional) REPARTIDOS POR CATEGORIAS PROFISSIONAIS								
Dirigente superior:	1941	1 609	1 707	1 731	1 783	1 807	-332	198
Dirigente superior de 1.º grau	744	605	618	639	663	669	-139	64
Dirigente superior de 2.º grau	1197	1 004	1 089	1 092	1 120	1 138	-193	134
Dirigente intermédio:	11021	9 387	11 136	11 762	12 171	12 712	-1 634	3 325
Dirigente intermédio de 1.º grau	3117	2 553	2 815	2 898	3 000	3 137	-564	584
Dirigente intermédio de 2.º grau	5131	4 861	5 653	5 905	6 056	6 257	-270	1 396
Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	2773	1 973	2 668	2 959	3 115	3 318	-800	1 345
Técnico superior	58269	58 165	68 076	71 490	75 248	76 219	-104	18 054
Assistente técnico/administrativo	97950	85 248	87 440	89 865	91 039	91 735	-12 702	6 487
Assist. operacional/operário/auxiliar	173601	152 638	158 391	162 628	166 806	167 905	-20 963	15 267
Informático	5195	4 937	5 182	5 208	5 278	5 247	-258	310
Magistrado	3804	3 866	3 801	3 953	3 956	3 922	62	56
Diplomata	372	377	402	387	407	411	5	34
Pessoal de investigação científica	1816	1 349	3 441	3 632	4 060	3 920	-467	2 571
Docente ensino universitário	13997	13 977	15 242	15 626	16 403	16 532	-20	2 555
Docente ensino superior politécnico	9694	8 870	10 470	10 527	10 995	10 983	-824	2 113
Educ. infância e doc. ens. básico/secund.	151059	129 097	136 057	140 095	140 342	142 371	-21 962	13 274
Pessoal de inspeção	1732	1 583	1 753	1 844	1 887	1 916	-149	333
Médico	25050	26 743	30 569	31 114	32 170	33 623	1 693	6 880
Enfermeiro	42769	41 830	49 003	52 302	53 840	54 292	-939	12 462
Técnico diagnóstico e terapêutica	8935	8 636	9 665	10 434	10 948	11 065	-299	2 429
Técnico superior de saúde	1913	1 878	1 961	1 962	1 947	1 911	-35	33
Administração tributária e aduaneira	9925	9 454	9 300	9 137	8 873	8 753	-471	-701
Conservador e Notário	682	614	581	560	548	540	-68	-74
Oficial dos registos e do notariado	4568	4 046	3 826	3 771	3 658	3 610	-522	-436
Oficial de justiça	8095	7 634	7 767	7 665	7 518	7 456	-461	-178
Forças Armadas	34514	29 178	25 558	26 220	26 130	25 400	-5 336	-3 778
Polícia Judiciária	2318	2 210	2 256	2 161	2 108	2 169	-108	-41
Polícia de Segurança Pública	21934	21 406	20 373	19 965	20 140	20 600	-528	-806
Guarda Nacional Republicana	22899	22 781	22 158	21 687	22 472	22 810	-118	29
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	742	974	1 058	1 035	993	-14	251
Guarda prisional	4312	4 082	4 249	4 145	4 162	4 125	-230	43
Outro pessoal de segurança	1990	1 403	1 356	1 288	1 243	1 264	-587	-139
Bombeiro	2264	2 044	2 306	2 567	2 745	2 835	-220	791
Polícia municipal	1272	1 137	1 548	1 604	1 625	1 576	-135	439

FONTE: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 25-07-2022)

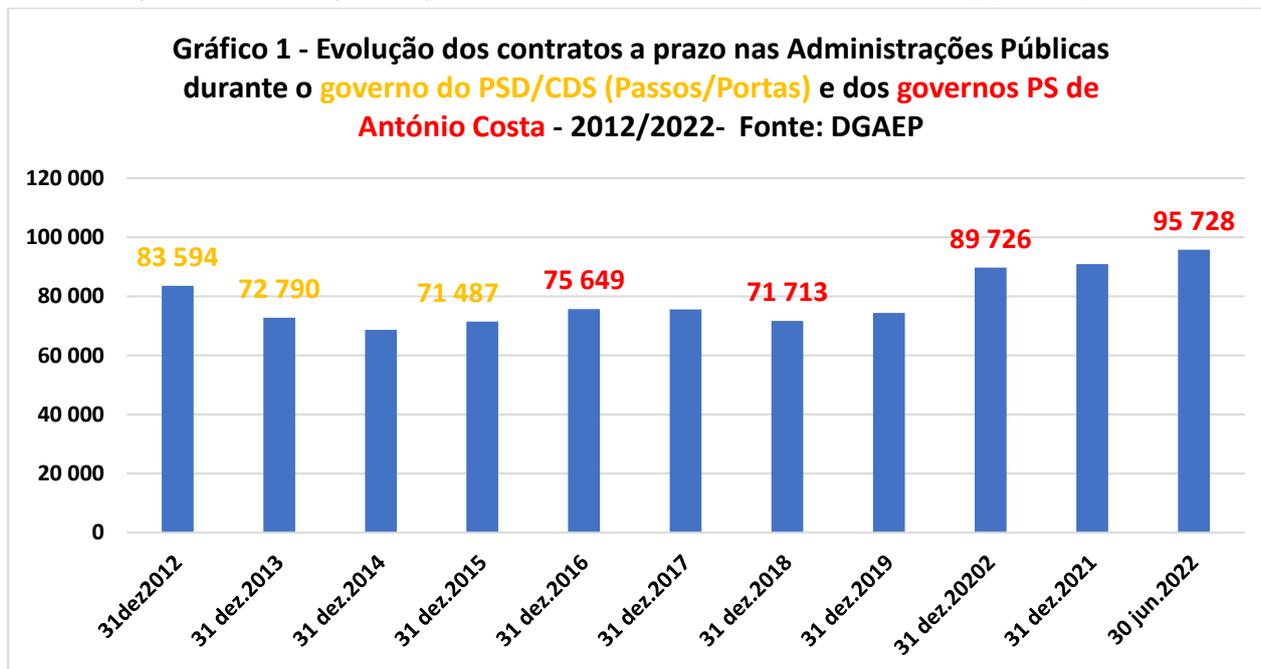
Como mostram os dados da DGAEP, durante o governo de Passos Coelho/Portas (2011/2015) o número de trabalhadores das Administrações Públicas foi reduzido em 68.563 (coluna 7), sendo os grupos profissionais mais atingidos pela redução os assistentes técnicos (-12703), os assistentes operacionais (-20963), os professores do básico e secundário (-21962) e as forças armadas (-5336). Esta redução enorme obrigou à saída em massa e apressadamente através de aposentações antecipadas de muitas dezenas de milhares de trabalhadores nomeadamente daqueles com maior experiência, conhecimentos e qualificação o que causou uma profunda degradação de todos os serviços públicos. Entre 2015 e jun.2022, com os governos de António Costa, o número de trabalhadores, aumentou em 82560, sendo as categorias com maiores aumentos a de dirigentes intermédios (+3325), a de técnicos superiores (+18054), a de assistentes técnicos (+6487), a de assistentes operacionais (+15267), a de professores do ensino básico e secundário (+13274), a de médicos (+6880), e a de enfermeiros (+12462). No entanto, apesar deste aumento significativo de trabalhadores, os problemas graves com que se debatiam as Administrações Públicas não diminuíram, até aumentaram de que a face apenas mais visível é o SNS. E isto por várias razões. **Em primeiro lugar**, devido à redução significativa das remunerações, quando Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 2

Se estiver interessado em receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

comparadas as de idênticas profissões do setor privado, e à enorme perda de poder de compra assim como a ausência de uma carreira profissional compensadora, o que impede a contratação de trabalhadores com competências elevadas para áreas-chaves, por um lado e, por outro lado, fomentou a promiscuidade público/privado (*trabalhadores que trabalham simultaneamente no setor público e no setor privado, nomeadamente de profissionais de saúde*). Tudo isto, associado ao teletrabalho que se instalou nas Administrações Públicas contribui fortemente para a baixa produtividade que se verifica atualmente. **Em segundo lugar**, a escassez de meios e de equipamentos, muitos deles a carecer de substituição há muitos anos devido ao corte brutal, no investimento público para reduzir o défice orçamental (*entre 2011-2021, a Formação Bruta de Capital Fixo Público, ou seja o investimento público, somou apenas 45187 milhões €, enquanto o Consumo de Capital Público, aquilo que desapareceu devido ao uso e obsolescência -as “amortizações”- totalizou 59148 milhões €, ou seja, o novo investimento feito neste período foi inferior ao que desapareceu em 13961 milhões €, nem compensou o que foi destruído pelo uso e obsolescência*), o que causou a falta de condições de trabalho de que se queixam os trabalhadores da Função Pública, que os desmotiva e leva muitos a abandoná-lo e a irem trabalhar para o setor privado ou para estrangeiro. **Finalmente**, a associação de todos estes fatores junto à nomeação de direções com base em critérios políticos e não de competência causou uma profunda desorganização dos serviços com consequências dramáticas para a população nomeadamente para as classes médias e as de baixos rendimentos.

O DISPARAR DOS CONTRATOS A PRAZO E DA PRECARIIDADE TAMBÉM COM OS GOVERNOS DE COSTA

O gráfico 1, com dados oficiais divulgados pela DGAEP, dá uma primeira ideia da precariedade crescente que se verifica nas Administrações Públicas nomeadamente com os governos do PS de António Costa apesar das veementes declarações e promessas do 1º ministro e de todo o seu governo constante da sua **“Agenda de trabalho digno e de valorização dos jovens no mercado de trabalho”** (*Faz o que eu digo, não faças o que eu faço*)”



Nunca o número de trabalhadores com contrato a prazo foi tão elevado como com o atual governo PS (95.728 em junho de 2022), e nunca cresceu tanto como com os governos de Costa (*entre dez. 2015 e jun. 2022 aumentou em 33,9%*). E não se pense que a precariedade nas Administrações Públicas se limita apenas a contratos a prazo. Uma outra forma de precariedade muito utilizada em toda a Administração Pública é a aquisição de serviços. Como o governo, nomeadamente o ministério das Finanças, cria grandes obstáculos à contratação de trabalhadores os serviços públicos “compram pacotes de horas a empresas de trabalho temporário que são pagas através da rubrica de “aquisições de serviços”. É o que acontece na ADSE que adquire todos os anos mais de 20.000 horas, pagando 7€/hora a empresas de trabalho temporário (*estas pagam aos trabalhadores muito menos pois têm de obter lucros*), para poder reembolsar atempadamente os beneficiários no Regime Livre pois ainda há vários anos a procurar contratar trabalhadores com contrato por tempo indeterminado, mas não consegue. O mesmo acontece com os “médicos tarefeiros” no SNS, mas estes são bem pagos. **Mas assim vai a nossa Administração Pública, e a “Agenda de trabalho digno” de que falam tanto**, perante a passividade e mesmo incompetência de sucessivos governos que têm sido incapazes de modernizar a Administração Pública, de a reorganizar e de a tornar atraente e motivadora para os trabalhadores, incluindo os com elevadas competências, e assim aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 23/8/2022

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 3